

# QUANTAS PAISAGENS CULTURAIS PODEMOS VER DA NOSSA JANELA?

LINO TAVARES DIAS\*

Todo o ser humano, criança, jovem ou adulto, está diariamente desafiado a responder a esta pergunta. Podem ser dadas várias respostas, mas julgo que podemos pensar em algumas delas, suportando-as em indicadores que reduzam a subjetividade de quem observa, de quem olha pela janela, esteja a trabalhar, em lazer ou em turismo.

Ao olhar para aquilo a que chamamos «paisagem», e reconhecemos como «cultural», assumimo-la de acordo com as orientações aprovadas pelo Comité do Património Mundial, em Santa Fé, em 1992. A expressão «paisagem cultural» abarca a grande variedade de manifestações interativas entre o homem e o seu ambiente natural, modelando-as como identitárias. Reconhecidas como bens culturais, são «obras conjugadas do homem e da natureza» capazes de ilustrar a evolução da sociedade, sob a influência dos condicionamentos materiais e, também, das vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural, para além dos contributos das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, internas e externas.

Perante esta diversidade de contributos, sentimos, de imediato, que estamos perante fatores tradicionalmente considerados arbitrários, valorados de distintos modos e que, por isso, constituem desafios, não só sérios e difíceis, mas também com elevado risco de subjetividade, especialmente quando confrontados com a sua gestão.

Na busca duma evolução conceptual, podemos partir da noção de Paisagem Natural, ainda facilmente exemplificada pela observação do deserto do Sara ou do Oceano Atlântico visto duma ravina costeira. Depois, deixamos que o tempo «cronológico», sinónimo das usuais expressões «idade antiga, medieval, moderna e contemporânea», enquadre os

---

\* Investigador do CITCEM.

diferentes métodos com que o homem foi intervindo, construindo na paisagem natural ao longo dos séculos. Com a subjetividade do observador, fruto do filtro sensorial e da cultura visual de cada indivíduo, o homem entra, então, através da contemplação, no campo da análise para avaliar o grau e tipo de «conformação» dessa paisagem, chamando-lhe, por convenção, «paisagem construída» e, por vezes, classificando-a por a considerar desenvolvida de acordo com as «boas práticas» e as «boas interpretações» convencionais.

Nesta avaliação, também a diversidade da conformação do homem, assumindo-a como identidade, é fundamental na «boa ou má» prática que usa para construir paisagem ao longo do tempo, salvaguardando-a melhor sempre que a assume como expoente de memória, entendendo-a como herança a conservar.

Neste trabalho proponho a reflexão sobre dois momentos da «construção da paisagem» no vale do Douro, no Noroeste da Hispânia: a antiguidade e a atualidade. Naturalmente, para «ver» a paisagem antiga do Noroeste, sou obrigado a revisitar a obra de Estrabão, autor que «olhou» para este espaço há pouco mais de dois mil anos.

## 1. Revisitar Estrabão

O objetivo é analisar o que foi descrito por Estrabão, no livro III da Geografia, e interpretar as formas e os ritmos da construção da paisagem na bacia e no vale do Douro, espaço determinante do Noroeste. Nesta obra, Estrabão fez a descrição crítica da paisagem da região, fez a avaliação da forma de ser, e de estar, dos povos que aqui habitavam e apontou, também, algumas medidas estratégicas, e políticas, usadas pelos Romanos. Enquanto geógrafo grego ao serviço dos romanos, fez referências aos territórios e às populações que constituíam o Império, incluindo o Noroeste da Hispânia, segundo a designação romana, ou Noroeste da Ibéria, como designavam os gregos.

Nascido na Capadócia, Estrabão viveu entre 58 a.C. e 25 d.C., tendo trabalhado para o Imperador Augusto. Foi incumbido de descrever os territórios do Império Romano, o que concretizou através da publicação de uma *Geografia*, composta por dezassete livros, na qual abordou, no livro III, o território que é hoje Portugal, descrevendo-o de sul para norte.

Neste trabalho uso duas edições da *Geografia* escrita por Estrabão: uma versão portuguesa, com traduções e comentários de Francisco José Velozo e José Cardoso, editada em 1965, no Porto, pelo Centro de Estudos Humanísticos, e uma edição espanhola, com traduções e comentários de M.<sup>a</sup> José Meana Cubero e José Millán León, editada em 1989, em Madrid, pela Editorial Gredos. O uso comparado destas edições permite-nos esclarecer alguns pormenores que nem sempre são coincidentes na interpretação que os tradutores fizeram do texto original em grego.

Não é certo que Estrabão tenha percorrido todos os territórios e, certamente, descreveu o Noroeste da Ibéria através de testemunhos e, também, através de recolha e compilação de informações.

É interessante tentar perceber a paisagem cultural que os romanos encontraram na bacia do rio Douro, segundo a interpretação do texto de Estrabão, reportando às características geomorfológicas, à qualidade dos solos agrícolas e à sua exploração, às matrizes do povoamento e às características da arquitetura que existia na região.

A *Geografia* de Estrabão tem a singularidade de ser um dos raros tratados antigos que chegou integralmente até aos nossos dias. Oferece o interesse de ter sido redigido na época do Imperador Augusto, período de profunda mutação social e económica em todas as regiões do Império.

Muitas reconstituições, e interpretações, já foram feitas, ao longo do tempo, mas é sempre muito interessante reconhecer as referências explícitas que Estrabão nos deixou sobre o Noroeste da Ibéria:

*A região de que falamos é próspera, e grandes e pequenos rios a atravessam, todos vindos das bandas de nascente e paralelos ao Tejo. A maior parte deles são navegáveis e têm pepitas de ouro. Depois do Tejo os rios mais conhecidos são o Mundas (Mondego), navegável em pequenos trechos, e o Vácua (Vouga) em idênticas circunstâncias.*

*Depois destes, o Douro, que, vindo de longe, corre perto de Numância e de muitas outras cidades dos Celtiberos e Vaceus, e é navegável por barcos de grande porte num curso de cerca de oitocentos estádios<sup>1</sup>.*

Nesta *Geografia*, o território foi descrito de sul para norte, condizente com a lógica mediterrânica do poder político e económico que irradiava de Roma, de onde foi conformando gradualmente o Império ao longo dos séculos. Estrabão, assumindo a sua formação de geógrafo, salientou os rios, descrevendo as condições de navegabilidade do Tejo, do Mondego, do Vouga e do Douro. Do realce que foi feito, infere-se que estes rios já então assumiram papel estratégico na lógica do ordenamento e do aproveitamento económico que o romano planeava nas regiões para que se expandia. Sobre o rio Douro, escreveu que *era navegável por barcos de grande porte num curso de cerca de 800 estádios<sup>2</sup>*. O *stadium*, em latim, expressava uma medida de comprimento usada na Grécia, correspondente a 625 pés, o que, nas medidas romanas, equivalia a cerca de 185 metros de comprimento. A informação, que nos é dada por Estrabão, apontaria a navegabilidade até ao «Cachão da Valeira», obstáculo que só foi destruído em 1792, após obras de engenharia realizadas entre 1780 e 1792. Eram evidentes as dificuldades que a natureza impunha neste troço do rio. Durante as obras, no inverno de 1790, foi feita uma inspeção às condições de navegabilidade entre Barca D'Alba e o Cachão, não tendo sido favorável. O relatório, escrito na sequência desta inspeção, salientou que havia fortes embaraços físicos à navegação, para além de grandes correntes em certos pontos. Salientava, também, que não havia caminhos nas margens do rio, o que impedia

<sup>1</sup> VELOZO & CARDOSO, 1965: 38.

<sup>2</sup> VELOZO & CARDOSO, 1965: 38.

o recurso à sirga, quando as correntes eram mais fortes. As conclusões deste relatório sobre a navegabilidade do rio Douro, no final do século XVIII, podem ajudar-nos a imaginar como seria complicado navegar no tempo de Estrabão.

Na perspetiva romana, o comprimento do rio Douro era de cerca de 5000 estádios, dos quais 800 navegáveis a partir da foz. Se observarmos o Douro a partir da nascente, reconhecemos Numância, uma estratégica cidade Celtibérica que marcava, não só o vale do rio mas, também, o povoamento do Norte da Meseta. Esta cidade evidenciou-se pela oposição que a sua população deu à conquista romana. Até 133 a.C., Numância sofreu ataques militares e, também, um prolongado cerco por tropas romanas comandadas por Cipião Emiliano. A conquista da cidade ficou assinalada pelo heroísmo dos Numantinos que se suicidaram em massa para não se sujeitarem aos romanos. Após longa luta e cerco, os romanos puseram termo ao obstáculo numantino, sentindo que estava aberto o caminho à conquista de toda a bacia do Douro, suportada no que lhe serve de coluna vertebral.

Na mesma *Geografia*, Estrabão<sup>3</sup> apontou:

*É à volta de 30 o número de povos que habitam a região que se situa entre o Tejo e os Ártabros. Apesar de ser rica em frutos, em gados, em ouro, em prata e em muitos outros metais, a maior parte desses povos, negligenciando os meios de subsistência que a terra produzia, passam a vida na pilhagem e numa guerra contínua de uns com os outros, ou, atravessando o Tejo, com os seus vizinhos, até que os romanos lhes acabaram com este viver, subjugando-os, reunindo-os nas suas «simples aldeias», reagrupando algumas, pelo que se tornaram melhores.*

Estrabão usou a palavra subjugar com o significado que lhe era dado em latim: submeter pela força das armas e conquistar. Também a palavra «reagrupar» foi usada com o significado latino. Os romanos aplicaram em vários pontos do Império a estratégia do reagrupamento, consistindo na deslocação de populações do seu ponto original de habitação para outros locais, distantes ou próximos, onde eram reinstalados. Podemos encontrar algo de semelhante atualmente, independentemente dos motivos, na deslocação de populações cujas aldeias são inundadas, por exemplo, por albufeiras de barragens.

Referindo-se ao modo de estar destes povos nos tempos ainda antes da «subjugação e do reagrupamento» feito pelos romanos, Estrabão também apontou:

*Estavam os montanhesees nesta anarquia, como é natural, visto que vivendo miseravelmente e possuindo poucos haveres, apeteçiam o dos outros. E como estes, para se defenderem deles, fatalmente descuidavam as suas próprias tarefas, de tal modo que, em vez de agricultarem a terra, também andavam continuamente em guerras<sup>4</sup>.*

<sup>3</sup> VELOZO & CARDOSO, 1965: 40.

<sup>4</sup> VELOZO & CARDOSO, 1965: 40.

Apesar dos exageros de análise que este autor grego, ao serviço dos romanos, possa ter escrito, as informações que nos transmite são de extraordinária importância e permitem-nos a confrontação com os resultados que a investigação arqueológica foi reunindo nos últimos anos.

Estrabão salientou a descrição do território de sul para norte, evidenciando que:

*Os últimos são os calaicos, que ocupam em grande parte as montanhas...*

*Dos que habitam junto do rio Douro, diz-se que untam-se duas vezes por dia, e tomam banho de vapor que fazem com pedras ao rubro; que tomam banhos de água fria e se alimentam uma só vez ao dia, sendo a refeição limpa e frugal.*

*Todos estes montanhese são frugais: bebem água, dormem no chão...*

*Os montanhese durante dois terços do ano alimentam-se de lande de carvalho. Secam-nas, trituram-nas, moem-nas e fazem com elas pão, que pode guardar-se durante muito tempo. Bebem também cerveja. Vinho, têm falta dele, e o pouco que logram, rapidamente o consomem nos banquetes familiares<sup>5</sup>.*

Esta descrição dos produtos usados na alimentação, principalmente sobre o fabrico do pão a partir da farinha da lande do carvalho, demonstra a pouca importância que era dada à agricultura, o que podia explicar-se pelas difíceis condições naturais dos espaços que exploravam, situados em torno dos castros implantados em pontos elevados.

No território do Noroeste as produções agrícolas seriam de subsistência. Em contrapartida, a exploração de gado seria dominante, usando pastos nos solos envolventes dos povoados, os *oppida*, que no vale do Douro estavam construídos em torno dos 400 metros de altitude.

Estrabão fez também algumas interpretações sobre o carácter das populações que encontrou e sobre as quais escreveu:

*Andam todos vestidos de preto, e no geral, com os sagos com que dormem nos seus leitos de palha, servem-se de vasos de madeira, como os Celtas. As mulheres usam saias e vestidos com adornos florais. Em vez de moedas, utilizam a troca de mercancias.*

*Tal é a vida dos povos montanhese que habitam o lado norte da Ibéria: os Calaicos, os Astures e os Cântabros.*

*A rudeza e o selvagismo destes povos resultam não só dos seus costumes guerreiros, mas também do seu afastamento.*

*Sendo longos os caminhos por terra e por mar, para chegar até eles, não tendo relações com outros, perderam toda a sociabilidade e humanidade.*

*Porém, hoje sofrem menos deste mal, em virtude da paz e presença dos romanos<sup>6</sup>.*

<sup>5</sup> VELOZO & CARDOSO, 1965: 36-40.

<sup>6</sup> VELOZO & CARDOSO, 1965: 43-45.

Neste texto é evidenciada a noção de periferia «rude e selvagem» do território do Noroeste da Hispânia. Esta evidência é especialmente importante porque, em contrapartida, no século I já a expansão romana estava avançada noutros território da Hispânia. A costa mediterrânica, por exemplo, já estava «romanizada» há cerca de 200 anos, pois desde o século II a.C. tinha sido organizada, urbanizada e integrada na economia romana. Podemos analisar, por exemplo, o caso da cidade de Ampúrias, construída por colonos comerciantes gregos a partir de 575 a.C., considerada como porto de comércio e de mercado. Os romanos chamaram *Emporiae*, em latim, a esta cidade, remodelando-a profundamente em torno do ano 100 a.C.

Em contrapartida, o homem da zona atlântica, segundo Estrabão, dois séculos depois da romanização da zona mediterrânica, ainda habitava a montanha e dispersava-se por dezenas de tribos que pulverizavam qualquer sistema económico e político que os romanos quisessem implantar, contrariando todos os esforços de «romanização». Não sabemos com rigor qual o conceito que Estrabão estava a transmitir quando escrevia que «agora sofrem menos o efeito deste afastamento em virtude da paz e presença dos romanos»<sup>7</sup>, na medida em que podia ser entendido como defesa da submissão de identidades indígenas, mas também podia ser entendido como defesa orgulhosa do processo de aculturação e, até, como busca de «globalização» da cultura romana, com predomínio económico que tudo justificaria.

No entanto, não podemos esquecer a luta que os romanos tiveram durante dez anos contra os cântabros e os astures, entre 29 e 19 a.C., procurando controlar a zona mais distante da Hispânia. Tais guerras confirmam o desejo de Augusto de ter fronteiras naturais para todo o Império, levando-o até ao Mar Cantábrico e, em simultâneo, o desejo de acabar com as lutas entre tribos locais e destas contra os romanos. Estava também em causa a riqueza do subsolo. A sua exploração não podia, na ótica romana, estar dependente do ambiente de guerrilha. Acabada esta guerrilha, o ambiente económico foi claramente melhorado. O mesmo aconteceu com a exploração agrária, a criação ovina e caprina, a exploração florestal e a exploração mineira e, também, com os produtos que o mar podia propiciar até ao golfo da Biscaia.

Tal «globalização», com fronteiras naturais, era desígnio dos romanos, como escreveu Virgílio (*Publius Vergilius Maro*), autor do século I a.C. (70 a.C. – 19 a.C.), na Eneida, quando no capítulo VII apontou os limites do Império Romano e expressou «Tudo o que o Sol contempla no seu curso, de um a outro Oceano, tudo verão mover-se a seus pés»<sup>8</sup>.

É também Virgílio que, no capítulo VI, aponta a «missão dos romanos» expressando que outros modelarão, bem o creio, bronzes com vida e sem dureza; extrairão do mármore seres animados; defenderão melhor as causas, medirão com o compasso o curso dos céus e anunciarão o nascer dos astros.

---

<sup>7</sup> VELOZO & CARDOSO, 1965: 45.

<sup>8</sup> PEREIRA, 1976: 91.

*Tu, romano, sê atento a governar os povos com o teu poder – estas serão as tuas artes – a impor hábitos de paz, a poupar os vencidos e derrubar os orgulhosos<sup>9</sup>.*

Na bacia do Douro, neste território atlântico e «periférico», os romanos promoveram reformas profundas ao longo do século I, algumas das quais estão identificadas. De facto, a Arqueologia e os seus métodos de investigação têm-nos ajudado a compreender a descrição que Estrabão fez da paisagem dos castros, situados nos pontos altos das montanhas, cujas encostas estavam dominadas por carvalhais.

É reconhecido que, em todos os territórios sob gestão do Império, a estratégia impunha o uso de muita mão-de-obra para cultivar a terra, assumindo a agricultura como um forte contributo para a «nova economia» que foi gradualmente «construída» com a expansão romana. Esta era a perspetiva defendida por aqueles que, ao contrário dos que optavam pela opressão militar, propunham uma romanização que consistia no equilíbrio entre medidas de força e incentivos através da repartição de terras. Daqui se pode entender parte da afirmação de Estrabão quando escrevia «hoje sofrem menos deste mal, em virtude da paz e da presença dos romanos». Com esta afirmação, certamente que Estrabão queria expressar a diferença de comportamento e a consequente melhoria de produtividade dos povos do Noroeste da Hispânia que tinham sido muito criticados pela «*renúncia a viver da terra*»<sup>10</sup>. Numa época em que a mortalidade infantil era muito grande e a esperança média de vida rondava os 44 anos, as estratégias assumidas com as populações eram determinantes para a introdução rentável dos novos processos de trabalho e para a rentabilidade que a economia romana procurava implementar.

Esta descrição que Estrabão fez do noroeste da Hispânia e as marcas deixadas pelo homem romano até ao século V ajudam-nos a reconhecer a dimensão da paisagem cultural antiga.

## 2. Observação Contemporânea

Quando no século XXI abordamos as paisagens culturais como enquadradoras do património construído, somos desafiados a equacionar, em simultâneo, a história da conformação do homem, a história das técnicas e dos métodos por ele usados na construção da paisagem e a cronologia em que tudo aconteceu.

Somos induzidos a tentar perceber os comportamentos ao longo dos séculos, ao ponto de nos permitir entender o atual território. Para fazermos esta abordagem proponho o uso de uma das ferramentas dos arqueólogos, a «*estratigrafia*», como sinónimo de sequência de atitudes que deixaram marcas no território.

O espaço que proponho para análise, a título de exemplo, é um território geomorfológicamente marcado, a nascente, pela serra do Marão, com os cerca de mil e quatrocentos

<sup>9</sup> PEREIRA, 1976: 91.

<sup>10</sup> VELOZO & CARDOSO, 1965: 40.

metros de altitude e, a sul, pela serra do Montemuro, com cerca de mil trezentos e oitenta metros de altitude. Em contrapartida, a poente e a norte, o espaço alonga-se por terrenos agrícolas, situados à altitude média de cento e cinquenta ou duzentos metros, já na margem direita do rio Tâmega.

Neste espaço evidenciam-se, como marcas naturais determinantes, os rios Douro, Tâmega, Bestança, Paiva e Ovil. O Douro, correndo de nascente para poente, o rio Tâmega como seu afluente na sua margem direita, correndo de nordeste para sudoeste, os rios Bestança e Paiva, afluentes da margem esquerda, o Ovil, afluente da margem direita. É uma região de colinas e serras de circulação difícil, como aponta Suzanne Daveau<sup>11</sup> e que integra o que foi definido por Orlando Ribeiro<sup>12</sup> como «montanhas do norte da Beira», embora se vá diluindo, para noroeste, na Paisagem do Entre Douro e Minho<sup>13</sup>.

Este território do Baixo Tâmega corresponde, na divisão administrativa portuguesa, aos municípios de Amarante, Baião, Cinfães, Marco de Canaveses, Celorico de Basto, Resende e zonas marginais do rio Tâmega em Penafiel.

É uma região geralmente referida, por um lado, pela sua proximidade à área metropolitana do Porto e, por outro, pela vizinhança com o Douro vinhateiro.

Do Porto esta região está separada por um alinhamento de colinas agrestes, não muito elevadas, situado apenas a dez quilómetros do mar. Hoje, o hiato quase deserto que as serras outrora interpunham entre a faixa litoral e as bacias minhotas e durienses está em vias de desaparecer. No passado, porém, este comprido alinhamento de colinas quase sem recursos, e que só dificilmente se podia atravessar, separava nitidamente a região próxima do Porto das regiões que acompanhavam os vales terminais do Tâmega e do Paiva e, sobretudo, da grande região duriense, encabeçada por Lamego.

No território em análise os solos não sofreram os intensos revolvimentos das terras de «benefício», nem a construção dos grandes parques industriais, antes mantendo o trabalho agrícola com arados pouco profundos, o que, aparentemente, parece contrário ao crescimento, mas que lhe permite, agora, ainda, no século XXI, reunir identidades favoráveis ao desenvolvimento. São identidades construídas ao longo dos séculos, e alimentadas pelas características da sua geomorfologia que, em tempos antigos, também foram prioridades económicas e geoestratégicas.

São facilmente reconhecidos os «planaltos dolménicos», predominantemente acima dos oitocentos metros de altitude, como na serra da Aboboreira, na margem direita do Douro, mas também na sua margem esquerda, em Cinfães e Resende. As mamoas e antas, evidências reconhecidas pelo homem permitem observar paisagens neolíticas desde meados do IV milénio a.C.

Depois, no mesmo território, evidencio os castros construídos em solos situados em

<sup>11</sup> DAVEAU, 1911: 1145.

<sup>12</sup> RIBEIRO, 1986: 188.

<sup>13</sup> RIBEIRO, 1991; LAUTENSACH, 1987.



torno dos quatrocentos metros de altitude, onde edificavam as casas redondas, assumidas como «construção tradicional», com cobertura em colmo.

Reconhecido por Estrabão, no séc. I, o homem castrejo, que habitava a montanha, espalhava-se por dezenas de povos, pulverizando, deste modo, qualquer sistema económico que os romanos quisessem implementar na região. Desde o final do século I a.C. e ao longo do século seguinte, foi marcante o ordenamento estratégico que os romanos impuseram no território, quer na construção de urbes quer na instalação de estruturas agrárias. Foi nas plataformas situadas a cerca de trezentos metros de altitude que a engenharia romana edificou, neste território, as estruturas à «medida do corpo», quer fossem cidades como *Tongobriga*<sup>14</sup>, quer fossem as muitas explorações agrárias, as *villae*. Foram construções com grande impacto na Paisagem, alterando-a profundamente, quer pelo corte intenso de carvalhais e de soutos nas encostas, quer pela revolução na estruturação agrária nas terras planas, cujas consequências perduraram no parcelamento do território.

A cristianização durante a época medieval marcou intensamente o território. Por um lado, com construção de vários mosteiros que se instalaram sobre terrenos situados em vales e encostas, onde abundava a água que irrigava os terrenos cuidadosamente trabalhados pelos monges e conversos, nas plataformas entre os duzentos e os trezentos metros de altitude. Por outro lado, os povoados antigos reajustaram-se em torno da torre do templo cristão e continuaram a acolher muita população. Entretanto, em pontos altos e estratégicos, com lógicas defensivas, os castelos foram marcando algumas «terras».

Depois, nos séculos XVII, XVIII e XIX, «o ouro vindo do Brasil» foi um grande contributo para a construção de muitas «casas com quinta» por todo o Noroeste de Portugal, salientando-se no território em análise. Mais recentemente, desde o final do século XIX até meados do século XX, a construção da rede de caminho de ferro transformou muitas zonas do território, não só pela instalação dos carris em canais de circulação exclusiva, mas, principalmente, pelos novos fluxos de mercadorias e de pessoas que o comboio proporcionou. Eça de Queiroz, em «A cidade e as serras», evidenciou esta paisagem depois de percorrer, em comboio, o percurso desde Barca D'Alba até Tormes (Baião).

Estas são algumas das unidades definidoras da paisagem cultural da bacia e do vale do rio Douro.

Mas, dos vários autores que escreveram sobre este território do Noroeste, o mesmo que foi descrito por Estrabão, saliento Miguel Torga, num texto destinado a um roteiro francês sobre Portugal, escrito em Setembro de 1988, cerca de dois mil anos depois de Estrabão:

*Há nações que nascem feitas e nações que se fazem. Portugal é das que se fizeram, contra todos e contra tudo, e nunca teve sossego nas fronteiras, que chegaram a situar-se nos cinco continentes. Começou o seu caminho independente das brumas da pré-história, dolménica, litoral, magro, debruado por um mar aberto e convidativo, que navegou desde logo em todas as direcções*

<sup>14</sup> DIAS, 1997.

*e transformou mais tarde no palco de uma das maiores façanhas de que a civilização ocidental se pode orgulhar. Microcosmo variegado, ora montanhoso, ora ondulado e plano, de cada miradoiro é inédito e diverso. Árido aqui, verdejante ali, terroso acolá, passeá-lo é conhecer em miniatura as feições aráveis da Terra.*

*Sulcado por rios líricos ou dramáticos, consoante o leito, espelha-se neles ao natural o perfil da paisagem [...]*

*Marginal à Europa, nem sempre a acompanhou nas suas proezas técnicas e antropológicas. E, nesse capítulo, à primeira vista, pode parecer retrógrado.*

*Mas essa falsa inércia, esse ilusório sono letárgico, é apenas a paz de boa consciência de quem conhece o preço de certas cedências ao progresso. De quem lhe pressente a efemeridade. No decorrer dos séculos, este povo pacífico, que sempre se soube defender e nunca soube agredir, aparentemente parado no tempo, foi a própria encarnação do espírito renovador, na tolerância, na curiosidade, na inventiva. O primeiro a abolir a pena de morte, a dar a independência a uma das suas maiores colónias, a dobrar os muitos cabos das Tormentas<sup>15</sup>.*

Este exercício de análise, proposto por Miguel Torga, assumido como desafio identitário, ajuda-nos no reconhecimento contemporâneo da Paisagem Cultural, na medida em que a entendemos como resultado de múltiplos contributos transdisciplinares, tangíveis e intangíveis. É este resultado final, e global, que tem que ser entendido como Herança e, por isso, assumido como Património Cultural. A amplitude conceptual parece óbvia e a aparente diversidade do olhar do observador tem a oportunidade de reconhecer a estratigrafia cronológica da Paisagem.

O desafio de gestão que nos é colocado no século XXI é a aparente dificuldade de conciliação entre as diferentes unidades de paisagem com que estamos confrontados, desde a dolménica, à castreja, à romana, à medieval, à moderna e à contemporânea, e a propalada coesão territorial, enquanto valor acrescentado de qualquer região.

Já no final do século XX surgiram as palavras «coesão» e «competitividade», a par da «globalização», assumindo-se como conceptualmente fortes e prioritárias. São expressões que nos questionam sobre o contributo que o Património e a Paisagem Cultural podem ter para a coesão e a competitividade de uma região.

Estou certo que num mundo crescentemente globalizado, é cada vez mais essencial, por motivos que se prendem com o aproveitamento de vantagens comparativas culturais reveladas, usar a requalificação e dinamização do Património como argumento de marketing territorial e de competitividade, construindo modelos de desenvolvimento regional capazes de atrair atividades e pessoas, e de se afirmar pela diferenciação positiva e pelo valor acrescentado. O desenvolvimento suportado nas identidades culturais, entendido o território a partir da interligação regional e local, suscita permanentes desafios de transversalidade que induzem movimentos de recuperação da memória que, por sua vez, incenti-

<sup>15</sup> TORGA, 1990: 136-139.

vam movimentos que aumentam a coesão social entre os territórios, embora tal dependa da otimização da sua dimensão geográfica e da sua harmonização cultural e económica. Na busca desta otimização e harmonização encontramos muitos dos desafios que podem ajudar a perceber o papel determinante do Património, e da Paisagem Cultural, na coesão e na competitividade.

Neste sentido, a busca da coesão poderá ser feita prosseguindo três objetivos. O primeiro poderá ser atingido através da recuperação do objeto da memória, promovendo o uso regular que evita o abandono e a desvirtuação da função do construído; o segundo objetivo pode ser atingido através da requalificação intrínseca que, conseqüentemente, valoriza o uso do monumento e da paisagem cultural; o terceiro objetivo pode ser atingido através da dinamização do património diversificado, quer cronológica quer tipologicamente, o que, como consequência, incrementa o argumento de marketing territorial e de competitividade.

O desenvolvimento destes três objetivos, e a sua implementação, pode ser traduzido num modelo de desenvolvimento regional capaz de atrair capacidades e pessoas, de se afirmar pela diferenciação positiva e, conseqüentemente, pelo valor acrescentado.

Tradicionalmente é assumido que o Património e a Paisagem Cultural, pela sua singularidade, atuam como elementos geradores de imagem e de identidade de um território. Atualmente é também assumido que a sua valorização gera oportunidades de negócios e, por isso, pode converter-se em lugar de emprego e de atratividade.

De facto, quando se pensa no valor do Património como fator estratégico, somos imediatamente empurrados para recordar os conceitos aparentemente antigos, reconhecendo-se de longa data o seu valor identitário, económico e o social.

Defendemos que é chegado o momento de acrescentar o valor estratégico que a Paisagem Cultural representa.

É hoje reconhecido, e assumido, que o desenvolvimento de um «pacote» de valorização patrimonial contribui genericamente para melhorar a qualidade de vida da população.

Podemos dizer que a busca da valorização aplicada ao Património Construído e à Paisagem Cultural poderá ser feita através de medidas ativas exemplificadas pelo uso regular que evita o abandono do edificado e a desvirtuação de função e, também, pela requalificação intrínseca, entendida esta como mero aperfeiçoamento do conjunto de processos de modernização dos sistemas de uso.

A requalificação intrínseca poderá garantir a melhoria do uso permanente e contínuo, desde que atualizado pela instalação de equipamentos adequados, seriamente integrados e, de preferência, suportados na mais moderna tecnologia.

No início do século XXI todos estes conceitos parecem ser consensuais e aceites pela generalidade dos cidadãos, embora por vezes interpretados de forma ligeiramente diferente por Técnicos, Investigadores, Gestores de território e Políticos.

Menos consensual e com diferentes níveis de aceitação são as estratégias de gestão que se pretendem aplicar, especialmente quando procuram ser criadoras e quando se procuram

integrar, de forma prospetiva, nos programas de desenvolvimento e organização do território do século XXI.

Ao longo do tempo, nas conversas em que se debatem estas questões, é sentida a crescente necessidade de refletir, em concreto, sobre algumas problemáticas atuais, sobre alguns objetivos, sobre instrumentos metodológicos e, também, sobre propostas que permitam que assumamos novas atitudes. Estas podem resultar da atualização de modelos e metodologias tradicionais, embora aplicados com outra competência e rigor, ou da aplicação de inovação, assumindo o desafio da modernidade nas práticas de gestão.

No caso do Património e da Paisagem Cultural julgo que é estratégico suportar as noções de «sítio gratificante para trabalhar» e de «sítio agradável para viver», assumindo como contributivos determinantes para a sustentabilidade destes conceitos, as distintas dimensões dos monumentos, dos conjuntos ou dos sítios, sejam em espaço urbano ou em ambiente rural.

A gestão da Paisagem Cultural exige fortes suportes conceptuais e suportes legais evidentes e reconhecidos. Neste sentido, a Constituição Portuguesa é um documento, do último quartel do século XX, que suporta a responsabilização sobre os bens culturais, entendidos como sendo de Todos e cuja gestão compete a Todos, com particular responsabilidade do Estado. As cartas internacionais e a legislação nacional ajudaram a esclarecer e aprofundar, com modernidade, as responsabilidades e os atributos. Se as responsabilidades legais parecem atribuídas, bem diversa, porque difusa, é a situação sobre a vertente da gestão estratégica dos bens culturais, aqui sinónimo de Paisagem Cultural, bem assim como a dispersão das responsabilidades que podem ser imputadas às diversas instituições intervenientes, dependendo da qualidade dos bens e da qualidade da disponibilização desses bens culturais aos cidadãos, para além das diversas condicionantes que resultam da diversificada qualificação de recursos humanos.

Quando em Portugal falamos da qualidade do Património que constitui a Paisagem Cultural, reconhecemos alguns pontos fortes, salientando a grande e diversificada riqueza arqueológica e arquitetónica e a sua distribuição por todo o País. Portugal tem, de facto, Património Construído muito diversificado, constituindo um exemplar testemunho da milenar construção da Paisagem reconhecido desde os textos de Estrabão.

Apesar de estarmos perante um tempo em que regressou o antigo dito popular que apregoava que «no poupar é que está o ganho», julgo que não adiantamos nada em pouparmos ideias, em economizarmos nas propostas. Se existirem e forem boas, certamente que um dia, mais cedo ou mais tarde, ideias e propostas serão usadas e rentabilizadas.

Algumas décadas depois do Muro de Berlim cair, reprogramando a noção moderna, económica e política, de centro e de periferia da Europa, Portugal, objeto dos desafios de posição, dos efeitos colaterais da crise mundial e das debilidades internas estruturais e de funcionamento, continua a ter fatores caracterizadores da sua construção secular.

Um dos principais problemas que a Paisagem Cultural enfrenta é o conflito entre o

uso tradicional, entendido como aquele para que foi feito ou construído, e o uso ou «(re)uso» moderno. Esta é, normalmente, a questão fundamental quando nos deparamos com programas e projetos de valorização de monumentos, sítios ou paisagens.

Muitas das ameaças sobre o património cultural resultam dos efeitos combinados das alterações climáticas e de outras alterações ambientais, para além das intervenções humanas cuja crueldade tem sido recentemente evidenciada na Síria.

É reconhecido que as alterações climáticas podem provocar danos ou perdas irreversíveis nos bens do património cultural decorrentes da sua antiguidade e da inerente fragilidade. Em contrapartida, muito dele é assumido como símbolo ou ícone de cidades e de sítios, «europeus» e «mundiais», tanto mais sentido quanto se salienta a tendência atual de uso intenso destes espaços reconhecidos como património identitário. Apesar da simpatia que esta vontade de uso representa, o abuso do uso dos espaços transforma-se num dos mais fortes fatores de risco, embora seja fundamental analisar as situações caso a caso, na medida das suas diferenças e especificidades.

É indispensável desenvolver ações concertadas e transdisciplinares com o intuito de evitar que os riscos combinados a que está sujeito o património cultural lhe provoquem danos irreversíveis.

No início do século XXI, nas sociedades ocidentais, são cada vez mais as pessoas adultas com tempo livre e boa saúde que se divertem ao visitar sítios patrimoniais. São tempos de ócio que desejam passar com qualidade e pelos quais estão dispostos a pagar.

Este «novo» tipo de público, sendo em número crescente, exige um moderno tipo de resposta específico e diversificado. Assim, os monumentos e sítios, até agora muito vocacionados para os públicos escolares em certos períodos do ano, encontram um novo desafio ao qual devem responder com muita qualidade às necessidades básicas sentidas por este tipo de visitante. Por exemplo, a valorização que a UNESCO procurou dar ao património através da inclusão em listas conhecidas e publicitadas em todo o mundo, imputou ao visitante, no mundo globalizado em que vivemos, a responsabilidade de partilhar a identidade desses sítios. Em contrapartida, o visitante exige atualização e rigor de informação que lhe permita conhecer e compreender esses sítios, valorizando o reconhecimento da autoestima das populações valorizada pela estética que imprimem aos lugares e à paisagem cultural.

Uma outra necessidade crescentemente evidenciada pelo visitante é a segurança, entendida não só no fator preventivo policial, do pequeno assalto, mas também cada vez mais a segurança preventiva hospitalar de proximidade e de especialidade, assim como o equipamento de emergência, a velocidade e qualidade do socorro, assim como a fiabilidade das autoridades e a segurança das redes de comunicação.

No âmbito dos «agentes» poderá perguntar-se quais são as entidades que estão melhor posicionadas para assumirem e integrarem a salvaguarda da Paisagem Cultural nas estratégias de desenvolvimento sustentado. Independentemente de quem quer que seja, esta responsabilidade implica que se convertam nos verdadeiros mediadores entre o Património

e as estratégias de ordenamento do território, entendendo o seu valor estratégico simultaneamente como valor identitário, valor económico e valor social. É hoje reconhecido que a paisagem cultural e o património atuam como elementos geradores de imagem e de identidade de um território e a sua valorização gera oportunidades de negócios, convertendo-se também em lugar de emprego e de atratividade, para além de que o desenvolvimento de projetos de valorização contribuem para melhorar a qualidade de vida da população com consequente influência nas economias regionais e nacionais.

A construção do território é, em muitos aspetos, reflexo da economia das regiões e, no espaço do vale do rio Douro que analisamos neste trabalho, os ciclos económicos parecem evidentes, reconhecendo-se que os investimentos foram feitos em «ondas», com evidentes consequências no emprego, no rendimento das famílias e no ambiente social.

Aos períodos de auge sentidos na construção da paisagem seguem-se períodos mais ou menos longos de declínio e outros de crise. Neste território, depois de identificados os planaltos dolménicos acima dos 800 metros de altitude e os castros construídos sobre os 400 metros, os períodos de auge corresponderam aos séculos II, III e IV, notados pelos investimentos públicos romanos e pelas reformas agrárias que usaram os terrenos com cotas em torno dos 250 metros. Também se salientaram os séculos XII e XIII, assinalados pelos investimentos das ordens religiosas na construção de conventos e mosteiros. Depois, o auge dos séculos XVII, XVIII e, ainda, no século XIX, em que foi sentido o investimento privado nas «casas de quinta», resultado, geralmente, dos lucros de «torna viagem» oriundos do Brasil. Por último, o auge com a construção do caminho de ferro, investimento público e privado feito a partir de 1853, prolongando-se até ao início do século XX.

Já no final do século XX, com a inauguração da barragem do Carrapatelo em 1972, e com a consequente subida da cota da água na albufeira, passando dos 15 para os 46 metros, a paisagem mudou significativamente, proporcionando proximidade entre a toalha de água e o comboio.

Em contrapartida, as fases de declínio e crise foram sentidas na construção da paisagem com o declínio da «globalização romana», evidente no tardo romano e entre os séculos VI e X. Depois, já no séc. XVIII, com a expulsão de jesuítas e, também, com a extinção das ordens religiosas, em 1834, denotou-se outra fase de crise. No século XX, o efeito da primeira guerra foi evidente, após o que foi sentida alguma recuperação, principalmente em espaços urbanos, evidente até à segunda guerra. A crise na construção de marcas na paisagem acentuou-se com a emigração dos anos 60 do século XX. Em contrapartida, as décadas de 80 e 90 constituíram um período de construção de paisagem que, eventualmente, deixou marcas dessa emigração no território do vale do Douro, já não os «torna viagem», mas antes aqueles que, desejando regressar «um dia», promoveram construções para uso temporário que o futuro avaliará.

Em síntese, tenho vindo a propor que reflitamos sobre a estratigrafia da paisagem de algumas zonas do vale do rio Douro<sup>16</sup>. São «paisagens» que ainda podemos reconhecer, na

---

<sup>16</sup> DIAS, 2015.

medida em que a Paisagem Cultural, assumida como «recurso e atividade», é entendida como conjunto de marcas que o Homem deixou no lugar em que esteve. Mas, não menos desafiante, e importante, é a qualidade das «novas heranças» que continuam a construir, todos os dias, a Paisagem Cultural Contemporânea.

## BIBLIOGRAFIA

- DAVEAU, Suzanne, *Comentários e Actualização* (1991) – *Geografia de Portugal – A vida económica e social*, 4, Lisboa, p. 1143.
- DIAS, Lino Tavares (1997) – *Tongobriga*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico – Ministério da Cultura.
- \_\_\_\_ (2010) – *Povoamento Romano na Bacia do Douro. A criação de cidades*. Valladolid: Junta de Castilla y León.
- \_\_\_\_ (2015) – *Paisagens Milenares do Douro Verde*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- LAUTENSACH, Hermann (1987) – *As Características Fundamentais da Geomorfologia*. In *Geografia de Portugal – A Posição Geográfica e o Território*, 1. Lisboa, p. 121-166.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha (1976) – *Res Romanae. Antologia da Cultura Romana*. Universidade de Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos.
- RIBEIRO, Orlando (1986) – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Sá da Costa, p. 188.
- \_\_\_\_ (1991) – As Regiões Geográficas. *Geografia de Portugal*, 4. Lisboa, pp. 1241-1265.
- TORGA, Miguel (1990) – Diário XV, edição de autor. Coimbra, pp. 136-9.
- VELOZO, Francisco José; CARDOSO, José (1965) – *Estrabão: Livro III da Geografia, Studium Generale Amphitheatrum*, IX, Porto.

